

Ano 5, vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2012, Pág 253-269.

A IMPRENSA E A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: A INVASÃO DE TERRA INDÍGENA EM RONDÔNIA PELOS JORNAIS

Lourival Inácio Filho¹

RESUMO: Este trabalho – desenvolvido com apoio do CNPq – é fruto de pesquisa realizada no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná. Analisamos e interpretamos o processo histórico de invasão do Igarapé Lourdes, Terra Indígena habitada pelos índios Arara e Gavião, a partir da análise crítica de textos jornalísticos. Abrange um período que vai de 13 de setembro de 1981 a 15 de novembro de 1985, onde abordamos 16 textos jornalísticos, referente aquele episódio específico.

Imprensa, conflito, colonização, Rondônia.

THE PRESS AND THE COLONIZATION OF THE AMAZON: THE INVASION OF THE INDIGENOUS LAND IN RONDÔNIA BY THE PRESS

ABSTRACT: This study - developed with support from CNPq - is the result of research conducted under the Federal Institute of Rondônia, Campus Ji-Paraná. We analyzed and interpreted the historical process of invasion of Igarapé Lourdes, Indigenous Land inhabited by Arara and Gavião Indians, from the critical analysis of journalistic texts. It covers a period from the 13th of September, 1981 to the 15th of November, 1985, where we approached 16 journalistic texts, regarding that specific episode.

Key words: Press, conflict, colonization, Rondônia.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma reflexão sobre imprensa e história, analisa um processo específico, a invasão da Terra Indígena Igarapé Lourdes, habitada pelos índios Arara e Gavião em Ji-Paraná, Rondônia. Utilizamos fontes Jornalísticas e busca a partir da análise e interpretação das reportagens em jornais impressos e do diálogo com outras áreas de conhecimento perceber outra história sobre a colonização daquele estado, para além daquelas narrativas tradicionais sobre a região, centradas na figura do migrante, colocados como “pioneiros”, em contraste com os silêncios em relação aos povos tradicionais que aqui estavam.

Norteiam o percurso discursivo duas questões centrais: Qual o papel desempenhado pela *cultura da mídia* sobre aqueles eventos ligados aquela invasão?

¹ Professor do Instituto Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná e mestrando do programa de pós-graduação de História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia.

Quais as memórias que se configuraram sobre o acontecimento a partir dos jornais? Para tanto mapeia jornalisticamente reportagens daquelas mídias e – pela crítica as mesmas – busca desenvolver uma visão tanto sobre a invasão, mas também ampliando para a colonização e as visões que foram sendo reproduzidas midiaticamente sobre a Amazônia, que poderá se aprofundar com outros documentos em pesquisa posterior e mais aprofundada.

Nos aspectos internos e externos aos textos jornalísticos pretendemos criar arcabouços históricos para a ampliação das visões centradas nas fronteiras econômicas, geográficas e sociais, baseadas na ideia desenvolvimentista de progresso, partindo da crítica a aqueles meios de comunicação de massas as *falas* e *silêncios* que envolveram aquele conflito.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

A crítica aos aspectos mercadológicos e a escrita tendenciosamente feita pela imprensa que, por vezes e de forma sistemática é manipuladora e atrelada à indústria cultural de massas e a interesses políticos hegemônicos não é algo recente, Gramsci (1916), ao criticar a hegemonia burguesa atribuía especial atenção àqueles veículos. Para ele os jornais haviam se transformado em um produto de mercado voltado para interesses da burguesia.

A mercadoria é aquela folha de quatro ou seis páginas que todas as manhãs ou todas as tardes vai injetar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convém aos produtores e vendedores de papel impresso. [...]. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. O governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (idem).²

Richard Hoggart (1973) – um dos precursores dos *Estudos Culturais* ingleses, em sua análise e interpretação na tentativa de apreender e descrever seu objeto de estudo, a *cultura proletária* do Norte urbano inglês nas primeiras décadas do século XX, buscou entre outros, detectar as influências dos meios de comunicação de massa

² GRAMSCI, Antônio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 18 março.2011.

nas transformações que observou de forma empírica entre aquele recorte social analisado.

Em 1966, buscando articular *política e comunicação* – esta no sentido de comunicação de massa – o estadunidense Richard R. Fagen aborda a questão do desenvolvimento tecnológico das mídias de massas como força preponderante na mediação entre o acontecimental e o que vai se caracterizar em “memória” do grande público nos seguintes termos:

Poucos são os norte-americanos com mais de vinte anos de idade que não se podem lembrar com clareza dos acontecimentos que tiveram em Dallas, a 22 de novembro de 1963: o presidente Kennedy, com sua mulher e outras pessoas num lento desfile de carros; alguns tiros, o presidente caindo para a esquerda no colo da Sr^a Kennedy, [...] Contudo, por mais reais e vívidos que possam parecer estes e outros fragmentos do drama, vale a pena lembrar que muito poucas pessoas na realidade presenciaram quaisquer dos acontecimentos citados, e ninguém, isoladamente, foi testemunha direta [...]. A comunicação das massas proporcionou o elo vital entre os atores e nós [...] eles foram *comunicados* (1971, p.13).

E conclui que o assassinato de Kennedy só se tornou um ato político na medida em que foi comunicado a um número crescente de norte-americanos, na medida em que se tornou *communis*, comum (ibid, p.14). O século XX, seria nas palavras de Fagen, a era tanto atômica, como também a era da *comunicação*. Há implícito em tal teorização a mídia como um canal de ligação entre o fato e o público-leitor-ouvinte-observador uma clara relação em nossa época – herdeira do século XX – entre *imprensa e memória*. Aquela, criando uma memória que mesmo não sendo nossa, torna-se nossa por nos ser percebida, transmitida e lembrada por aqueles meios. Em seu estudo sobre a memória coletiva, o francês, durkheimiano, Maurice Halbwachs (2006, p.41), apesar de não especificamente estar falando da mídia, mas do cruzamento entre memória coletiva e memória individual, apontava para esta possibilidade.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-los; (...) mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo.

Contemporâneo de Richard R. Fagen, o canadense Herbert Marshall McLuhan, teórico da comunicação foi na contramão do seu tempo, enquanto a maioria dos intelectuais criticava duramente os veículos de comunicação, McLuhan via além da alienação das massas, defendia que tais meios poderiam levar ao que ele chamou de

“aldeia global” ao dizer a provocativa que “o meio é a mensagem”. Para ele os meios de comunicação seriam mais que meios de passagem do conteúdo ou mero veículo de transmissão da mensagem, mas sim um elemento determinante da comunicação (CARMAGO, 2008, p. 270).

Analisando Fagen, onde a mídia torna um acontecimento um fato política à medida que o propaga entre seus leitores-espectadores; Ou a defesa de McLuhan de que “o meio é a mensagem”; E na principiologia discursiva brevemente elencada em Gramsci. Podemos exemplificar, empiricamente num caso brasileiro: o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, noticiado pelo jornal Última Hora, onde há as três características: a *communis*, o “meio como a mensagem” e os interesses burgueses.

Na primeira edição extra da *Última Hora* de 24 de agosto de 1954 foi publicada sua Carta Testamento original, manuscrita em cinco páginas, assinada pelo presidente, encontrada ao lado do corpo inerte, após um tiro no coração. Sob o título: “Matou-se Getúlio. O presidente cumpriu a palavra: Só morto sairei do Catete!”, a mensagem contida no primeiro parágrafo da carta original: “A sanha dos meus inimigos deixo o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que eu desejava”. Getúlio na verdade escrevera: “... fazer por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados todo o bem que pretendia”. Paulo Silveira, secretário de redação da *UH* e também secretário geral da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro à época, editou a carta derradeira de Getúlio para acomodar o primeiro parágrafo na primeira página. No texto manuscrito não há o famoso final “serenamente dou o primeiro passo no caminho para a eternidade e saio da vida para entrar na história”, contida na segunda versão, escrita pelo jornalista e *ghostwrite* do presidente, José Soares Maciel Filho. (LAURENZA, 2008, p. 200).

Atualmente há uma crítica revisionista quanto à influência da mídia sobre a sociedade em termos culturais, neste sentido Douglas Kellner (2001, p. 9-10) afirma que haveria uma *cultural³ da mídia* que com seus sons, imagens e espetáculos – por meio da rádio, tv, jornais entre outros – ajudariam a unir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais ao fornecer material com que as pessoas forjariam suas identidades. Esta cultura estaria ligada a uma cultura *high-tech*, dentro de uma economia vibrante e lucrativa. Kellner atualiza as ideias anteriores de mercantilização da cultura midiática, porém, critica a

³ Em sua obra, Kellner define a cultura em seu sentido amplo como uma forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedade e identidades. Modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade e acrescenta que a chamada *cultura da mídia* participaria igualmente deste processo, como algo novo.

sobrevalorização de sua influência manipuladora, para ele o público-leitor-ouvinte-observador pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criando leituras próprias sobre a cultura de massa, usando a sua própria cultura e identidade como formas de resistências, podendo acatar ou rejeitar tais influências na formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes.

Ao analisarmos a maneira como os jornais apresentam o conflito buscamos perceber o contexto histórico e sociocultural em que brotou as *falas* e *silêncios* ligados aqueles meios midiáticos, pois a recepção social daquelas “informações” traz em si todo um arcabouço ligado a ideologias trazidas, ampliadas ou incentivadas pelas ideias hegemônicas historicamente centradas em representações que tendem ao consenso e a tentativa de minimizar ou esconder os conflitos sociais em que todos que chegavam eram “pioneiros”, para “terras sem homens”, que se constituiria no “novo eldorado” que levaria a “integração nacional”.

3. METODOLOGIA

O método utilizado foi o histórico-crítico a partir da pesquisa exploratória descritiva qualitativa. Como procedimento, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental de natureza básica. Pensamos a metodologia numa perspectiva interdisciplinar em que dialogamos com a Teoria da Comunicação, Estudos Culturais, Antropologia, Geografia e Sociologia. Abordamos em nossa pesquisa, principalmente, o material impresso jornalístico de nove veículos que circularam na década de 1980, alguns já não circulam mais, sendo seis rondonienses, um paraense e dois de circulação nacional. São eles: *Alto Madeira*, *A Tribuna*, *Estado de Rondônia*, *Tribuna Popular*, *O Guaporé*, *O Liberal*, *O Parceleiro*, *Jornal do Brasil* e *Jornal de Brasília*. Abrangendo um período que vai de 13 de setembro de 1981 a 15 de novembro de 1985, onde abordamos 16 textos jornalísticos.

5. RESULTADO E DISCUSSÕES

Na passagem da década de 1970 a 1980, Rondônia⁴ passou por transformações profundas, quando houve entre outras mudanças, forte processo de migração, colonização e urbanização. Chegaram colonos provenientes principalmente do Sudeste e Sul do Brasil no qual muitos foram incentivados a vir para a região por uma migração dirigida pela ditadura militar. Em sua maioria era homens e mulheres ligados a terra, caracterizando o processo como uma migração interrural de camponeses em busca de terras. Em duas décadas chegaram mais de um milhão de pessoas.

Entre tantos fatores foi primordial naquele processo a pavimentação da BR-364. Havia naquele contexto um ideal “civilizatório” que vinha ocorrendo, principalmente, na década de 1980, em que o “progresso” norteava as visões sobre a região criando contradições e conflitos entre visões culturais antagônicas nas quais o Estado ao mesmo tempo em que demarcava as Terras Indígenas como a do Igarapé Lourdes⁵, com seus 185.534 ha de terras, demarcada em 1976, também incentivava sua invasão (“colonização”) por migrantes que se tornavam colonos.

A noção capitalista de desenvolvimento recriou o mito do “eldorado” em Rondônia. Para a terra da providência, capitanearam-se discursos oficiais amplamente divulgados por uma imprensa local, por vezes cooptada, centrados na velha ideia positivista e desenvolvimentista de progresso para a região que era geralmente reproduzida por aqueles veículos caracterizando a *imprensa como partido* no sentido gramsciano do termo, com interesses econômicos e vínculos empresariais, seus projetos políticos e atuação ideológica (SILVA, 2006) eram muito sentidos nos diferentes periódicos.

As notícias acerca da invasão ao Igarapé Lourdes eram pontuais e escassamente fragmentadas em vários jornais, mais do que informar confundiam o leitor. A *fragmentação* segundo o jornalista brasileiro, Perseu Abramo (2003, Apud. SILVA, 2006) é um dos padrões da imprensa que tem maiores implicações na perda da compreensão histórica, pois os fatos não são apresentados de forma dinâmica, como um

⁴ Este estado, enquanto divisão geopolítica foi criado em 1981, como local considerado estratégico pelos militares que chegaram ao poder a partir de um golpe em 1964. Por fazer fronteira com a Bolívia e por ser usado na tentativa de resolver problemas fundiários de outras regiões do país a partir da década de 1970. As fronteiras espaciais deste estado já estavam demarcadas desde a criação do *Território Federal do Guaporé*, na década de 1940, com terras que pertenciam ao estado do *Mato Grosso* e ao estado do *Amazonas*. Nesta construção histórica fronteiriça, vários povos indígenas ficaram oficialmente inseridos nas terras *rondonienses*.

⁵ Terra onde habitam índios Arara e Gavião em Ji-Paraná no estado de *Rondônia*.

processo que possui causas, condições e consequências. Em que os nexos são artificialmente inventados, e esse processo envolve vários momentos de pauta e edição, por esta razão buscamos racionalizar cronologicamente a fragmentação dos textos jornalísticas dos diferentes jornais e datas em uma ordem cronológica, buscando – inicialmente – responder perguntas pragmáticas e norteadoras neste ordenamento.

Percebemos que há uma narrativa tradicionalmente constituída naqueles instrumentos de imprensa que mais que buscar entender as causas, as contradições e o processo histórico como um todo buscavam quantificar e nominar alguns sujeitos envolvidos *Quantos eram os invasores? Quem eram? Quando invadiram? Quais incentivos tiveram? Como o poder público reagiu? Quais as formas de luta adotada pelo elemento indígena?* Ou seja, construída factualmente e cronologicamente em torno de datas e nomes. Buscamos seguir essa lógica ideologicamente estabelecida para racionalizar o sucedâneo dos acontecimentos descritos ao mesmo tempo em que buscamos identificá-las com outras falas anteriores e posteriores que se entrelaçam com os acontecimentos descritos e contextualizados.

É muito difícil precisar o momento exato da invasão e o número preciso de colonos que se lançaram sobre a Terra Indígena Igarapé Lourdes, provavelmente já estivessem lá desde a década de 1970, quando teve início o surto migratório decisivo para a colonização permanente do estado, quando surgiram novos núcleos urbanos e se ampliaram outros já existentes, como foi o caso de Ji-Paraná. Ocorreu também outro fator preponderante, a mudança na dinâmica deste fenômeno, a migração mudou de antigos garimpeiros e extratores para ser feita principalmente por agricultores em busca de terras (TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p.173).

As fontes jornalísticas abrangem um pouco mais de três anos, de 1981 a 1985, em que analisamos 16 textos. Dentro deste recorte há uma oscilação quanto ao número de invasores que teriam entrado nas terras habitadas pelos índios Arara e Gavião, variando de 107 ao exagero inflacionário de 7.000 famílias – provavelmente um erro gráfico ao acrescentar mais um zero na escrita. A questão quantitativa nos jornais *Estado de Rondônia* (27/03/1984) e *Alto Madeira* (7/12/1983), aponta 500 famílias; *A Tribuna Popular* fala de 350 e depois de 400 famílias (respectivamente em 14/12/1983 e 15/09/1985); Por sua vez *O Parceiro* (13/10/1984) trás o número de 700 famílias e o *Guaporé* (26/04/1985 e 28/04/1985), ironicamente o maior e o menor número 7.000 e 107, com uma diferença temporal espantosamente alarmante de apenas dois dias entre

as publicações. Podemos ponderar em algo próximo entre 400 e 500 famílias, e se imaginarmos a uma média de 3 a 4 pessoas por família teria uma população em torno de 1200 a 1500 pessoas. Um número muito expressivo se compararmos com a população índia Arara e Gavião que na época era de 450 a 500 pessoas.

As menções à invasão vão começar a ocupar algumas capas de jornais a partir de 1983. O texto mais antigo encontrado por nós é o do jornal *Alto Madeira* (7/12/1983), com a manchete: “*Colonos invadem terras indígenas*”. De acordo com aquele periódico, cerca de 500 famílias estavam dentro da área indígena, das quais, 350, inclusive já haviam construído moradias e as demais 150, já tinham demarcado terra. Ou seja, o acontecimento é anterior à divulgação midiática, mas só torna-se “percebido” como ato político pela mediação daquele jornal na medida em que passou a ser *communis* (comum), se transformando aos poucos em memória coletiva pelo número crescente pertencente ao público-leitor (FAGEN, 1971). Provavelmente a maioria dos migrantes não lessem os jornais, mesmo assim as notícias eram repassadas por outros veículos como o rádio, onde até hoje é comum em programas matinais à prática da leitura das principais notícias do dia.

Aquela notícia do jornal *Alto Madeira* segue descrevendo a movimentação empreendida pelos invasores. Teriam vindo da Gleba *Vida Nova*, das linhas⁶ dos projetos de colonização de Ji-Paraná e Diamantino (divisa com o Mato Grosso), somando-se àquele cenário, um interesse estratégico da fazenda Castanhal que abrisse uma estrada de ligação pela reserva. Os índios estavam sendo invadidos por colonos com apoio de fazendeiros segundo aquele texto. O que aponta para o avanço do poder econômico privado sobre a área indígena. De fato foi a constatação indígena da abertura de uma estrada em suas terras que fez com que reagissem⁷. Havia um interesse estratégico de escoamento de produção pelo Igarapé Lourdes que se somava a interesses de colonos por lotes de terras.

O Jornal a *Tribuna Popular* (15/09/1984) chega a apontar nomes individuais de possíveis responsáveis diretos pela invasão: “*Urso Caetano de Andrade, o Mineirinho,*

⁶ Linha ou linha rural é o nome usual para localidades agrícolas em Rondônia, isso decorre da lógica fundiária implantada originalmente nos projetos de colonização, quando a partir da década de 1970 foram abertas estradas de acesso principal, a linha, e a cada quatro quilômetros, estradas secundárias. Com o tempo e o aumento do fluxo migratório ocorreram pequenas mudanças, que de forma geral não desconfiguraram aqueles desenhos iniciais.

⁷ Informação colhida em conversa informal em Ji-Paraná com o cacique Catarino Gavião. A tal estrada existe até hoje, vai para o Mato Grosso, por lá passam caminhões e uma empresa regular de ônibus.

administrador da Vila Colina, em Ji-Paraná, Mário Mendes Monteiro, parceiro⁸, e políticos do PSD que aproveitaram a campanha eleitoral de 82 para incentivar colonos a invadirem”. Aparecendo neste de forma explícita questões político-partidárias. Na mesma matéria a diocese de Ji-Paraná acusa o INCRA de cumplicidade na invasão. O elemento religioso outro elemento ideológico forte se apresenta aqui na questão indígena, o missionário religioso.

Ainda no campo das acusações, agora em um veículo de circulação nacional (Jornal do Brasil, 24/06/1984 Apud. Revista Aconteceu, 1984) o deputado estadual João Dias Vieira do PMDB, acusou empresários do grupo Triangulina, de Ji-Paraná, segundo a reportagem o parlamentar teria dito que “*Estariam invadindo a reserva dos índios Arara e Gavião, promovendo ainda choques entre jagunços e índios, nos quais alguns deles morreram*”, temos aqui outros dois elementos envolvidos no episódio, o político e o setor empresarial privado ligado ao mercado. Quanto a mortes no local, nunca foram confirmadas, nem por índios ou invasores, apesar de alguns colonos terem ficado como reféns dos índios.

Há nas reportagens três aspectos noticiados que merecem atenção: elementos político-partidários eleitoreiros, elementos de hegemonia religiosa missionária e a ideologia tradicional centrada no aspecto econômico da empresa capitalista. Esta última percebida com mais eficiência e fortemente ligado à ampliação da fronteira agrícola, tão destacada na época pelos jornais, que vangloriavam o novo estado como o quarto produtor de café em todo o país, esta máxima estampava a capa do Jornal *O Guaporé* (15/11/1985). As lutas entre índios e colonos vão além daquela ideologia clássica, apesar de não se desvinculadas desta constatação agrícola-econômica, pois a mesma estava diretamente ligada à posse e usufruto das terras em Rondônia e para aqueles veículos, o café era signo de desenvolvimento e progresso. Mas no cenário amazônico a questão ideológica é mais complexa.

Douglas Kellner (2001, p. 148) ao elencar elementos da chamada nova teoria francesa, nos coloca que a contestação à visão marxista de que a ideologia é constituída pela refutação e demolição da proposta ideológica nuclear do texto, deva ser feita por leituras que percebam várias vozes, leituras polivalente, vendo o que é periférico nos

⁸ Dono de uma parcela de terra.

textos o que pode ser tão significativo quanto o que é nuclear, ou seja, o *não-dito* é tão importante quanto o que realmente foi dito.

Naqueles jornais todas as vozes foram ouvidas inicialmente: O Estado, a Igreja e o Mercado, menos a mais afetada, a dos índios que com seus modos de vida tradicional representavam o arcaico, por isso mesmo o seu oposto, o selvagem, atrasado que deveria ser nacionalizado, cristianizado e tornar-se produtivo.

Segundo Martins (2009), há dois modos de ver a fronteira – o que possui forte ideologia – a do pioneiro empreendedor, ligado às chamadas frentes pioneiras e a visão antropológica preocupado com o impacto da expansão sobre as populações tradicionais, ligado às chamadas frentes de expansão. O que se processava em Rondônia, principalmente a época no governo do coronel Jorge Teixeira (1979-1985), foi o apelo ideológico daquela primeira em detrimento da segunda.

Jorge Teixeira é uma figura histórica importante do período, para se perceber aqueles múltiplos aspectos discursivos. Já havia sido prefeito biônico de Manaus e em 1979 foi designado pelo último presidente da ditadura, João Batista Figueiredo, para criar as bases locais para a criação do estado de Rondônia – pois aquele tempo ainda era Território Federal – Teixeira chegava a incentivar a vinda de migrantes para o “cumprimento” de “sua maior missão”, flagrantemente detectado pelas lentes do documentarista chinês, naturalizado britânico Adrian Cowell (1990) no início dos anos 1980.

Olhamos para traz e nos damos conta de que Rondônia se fez de mãos calejadas, corpos suados e poeirentos do divino trabalho da terra, venham brasileiros de todo o Brasil! Venham gentes de todos os povos! Rondônia lhes oferece: trabalho, solidariedade e respeito. Tragam seus sonhos, anseios e ilusões compartilhem tudo isso com este povo admirável [...]

Jorge Teixeira ou “Teixeirão” – alcunha usual em jornais da época – trazia em suas falas polifonias em que se percebe implicitamente o militar que estava a cumprir ordens, o cristão que estava a uma missão, o político que se popularizava naqueles anos de abertura e o empreendedor que defendia o trabalho, falas que se atrelavam a ideais liberais burgueses, fortemente ligadas ao mercado e a ideologia de “integração nacional” da ditadura em que a oferta de trabalho ligada a terra formaria o “povo admirável” de Rondônia, buscava homogeneizar “sonhos, anseios e ilusões” que seriam compartilhados no “*novo eldorado*” que se configurava na criação do novo estado, do

“novo povo” que se formava na nova “*terra prometida*”. Talvez daí, destes discursos de acolhida centrados na ideia de “pioneiros” se buscasse diminuir as contradições e conflitos sociais em nome da ordem tão enraizada nas escolas militares das quais saíra o coronel-governador.

Para o sociólogo brasileiro José de Souza Martins (2009, p.13), o imaginário centrado na figura do pioneiro deixa de lado o essencial, o que ele chama de aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitiva que a caracteriza, o desencontro genocida de etnias e o radical conflito de classes, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo pelo abismo histórico que as separa.

É importante naquele e em outros discursos teixeiristas, a vasta reverberação pelos jornais locais, nos quais foram se tornando, ou renascendo antigas representações para o que é e para o que deveria ser a Rondônia e a Amazônia como um todo. Eram geralmente falas com uma historicidade cultural já antiga que produziam, reproduziam e reforçavam visões sobre a região. A imagem recorrente do que seja a Amazônia como uma imensa extensão de terras de natureza pujante, praticamente indomável, onde sua população, mesmo as não índias, é vista como atrasada por não manusearem aparato tecnológico sofisticado.

O geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto (2001, p. 17-21) aponta que tal imaginário cria duas visões que merecem atenção: a primeira é a de que sendo atrasada a região precisa ser desenvolvida; A segunda é que tal desenvolvimento teria que vir de fora, de algum agente externo civilizador, já que essas populações não se mostrariam capazes de sair do seu estado de natureza e/ou atraso.

Capitaneamos a figura histórica de Jorge Teixeira, pois o mesmo polarizou em seus discursos o incentivo aos que vinham de fora as questões expostas aqui. Em outra fala Teixeira, transmitida pelo Jornal, *O Guaporé* (13/09/1981) deixa transparecer não só a sua atenção ao que a imprensa produz sobre Rondônia, como ao descrever suas conquistas – isto é as conquistas de Rondônia – reforça as representações sobre o que seja e o que deva ser a Amazônia:

À medida que o nome de Rondônia começou a surgir no noticiário nacional [...] brasileiros de todos os quadrantes sentiram-se despertados para uma realidade até então ignorada: a longínqua, misteriosa e semidesconhecida Amazônia era palco de um fenômeno [...]. Sua porta de entrada, justamente o atual Território, apresentava o mais alto índice de crescimento demográfico do país, muito superior ao da natalidade, da expansão do PIB

ou quaisquer outros com os que se possa compará-lo. [...] aquela que despontava como a [...] mais promissora fronteira agrícola do país.

É interessante perceber que tal base discursiva era elaborada prussianamente, nos é mais importante ao que se propõe este artigo a percepção do *não dito*, do silenciado, pois as *comunidades tradicionais* amazônicas só apareciam na mídia a partir da dialética que se tentava esconder, os conflitos sociais gerados a partir do grande fluxo migratório incentivado e, muitas vezes, financiados por vários setores estatais ou particulares. Entre aqueles conflitos com pouca divulgação nos jornais, as invasões a terras indígenas não só eram explicitamente evitadas, como seus habitantes tradicionais não se configuravam sequer como homens, pois naqueles discursos de “*homens sem terras, para terras sem homens*” sequer existiam, não se trata apenas de uma ideologia de classes, mas sim, étnica, cultural e de raça.

Jorge Teixeira buscou governar Rondônia para além daquelas dialéticas, com a velha ideia de dominar a sociedade por meio de algum tipo de “consenso”, ao invés de utilizar métodos repressivos diretos, muito comuns aquele período ditatorial⁹ buscou aplicar sobre aqueles migrantes, estratégias discursivas mais sutis, com promessas, atitudes governamentais e ações políticas amplamente vinculadas e divulgadas pela *mídia* com repercussão significativa dentro e fora do estado com construções e urbanizações grandiosas financiadas pelo regime ao qual estava filiado e se fazendo presente, ele mesmo pilotando o helicóptero, em cada localidade e inauguração, numa forma de populismo que penetrava e era admirado por colonos, índios, religiosos e empresários.

Havia muitos “consensos” reverberados pela mídia, onde Rondônia serviu ao instrumento ideológico de *integração nacional*. As terras devolutas se consubstanciavam no renascimento do sempre útil mito do *eldorado* que por séculos e com interesses múltiplos esteve ligado a Amazônia.

A invasão a terra dos índios Arara e Gavião como já mencionado não começou em 1983, este é o momento em que a *mídia* a enxerga e passa a divulgá-la a partir da reação indígena. Em 1983 o representante do INCRA, Ernani Coutinho, se pronunciou

⁹ Para um aprofundamento da relação entre ideologia administrativa e Estado, há importante texto de István Mészáros (2004:143-146), quando analisa as relações entre ideologia administrativa e Estado na Europa Pós-guerra que nos foi muito útil na percepção da dominação ideológica estatal – via Jorge Teixeira – pela busca de um “consenso” muito importante na tarefa teixeirista de estruturação e formação do estado de Rondônia na virada da década de 1970 a 1980, na Amazônia brasileira.

por meio do jornal *A Tribuna* (27/12/1983) criticando uma possível omissão da FUNAI, estranhando que seu delegado (Amauri Vieira), tenha dito ao jornal *A Tribuna* (14/12/1983) desconhecer as anormalidades naquela região, acrescentando que lá viviam “tranquilamente” de 450 a 500 índios Gavião e Arara. Se aceitarmos apenas as reportagens sem outras fontes paralelas, poderíamos concluir que da primeira reportagem sobre o evento em sete de dezembro de 1983, ao pronunciamento do INCRA em quatorze de dezembro do mesmo ano, passou-se apenas uma semana. A FUNAI começou a diagnosticar o problema em resposta aquele veículo de comunicação, sete dias após a reportagem do *Alto Madeira*, porém, uma resposta definitiva ainda se arrastaria até 1985.

Nesta troca de acusações entre órgãos diferentes de uma mesma esfera pública, percebemos outra dialética na formação de Rondônia. O INCRA e a FUNAI foram criados na década 1970, a função do primeiro seria a de regularizar, organizar e assentar colonos; O segundo, criado para proteger povos indígenas que eram desrespeitados por aquela colonização. Obviamente que para além destes ideários administrativos haviam mais complexidades envolvidas nas origens destes órgãos que não cabe na especificidade deste artigo, fato central é que ambos tardavam a encontrar uma solução eficaz para aquela invasão. Ambos apontavam para a incapacidade estatal de controlar aquele fluxo migratório. Segundo a pesquisadora Edinéia Isidoro (2006, p. 32) “o afluxo populacional excedeu a capacidade de controle do INCRA, o que ocasionou a invasão de terras públicas e particulares, provocando intensos conflitos [...] Efeito não previsto e não desejado pelo Estado”.

Paralelamente as acusações trocadas entre INCRA e FUNAI, havia a participação ativa de missionários católicos no conflito. A diocese de Ji-Paraná criticava e acusava por sua vez o INCRA de incentivar as invasões (ibid.). De acordo com a *Tribuna Popular* (06/01/1984) uma atividade em prol dos índios só ocorreria em 1984: “*inicialmente se procederá aos esclarecimentos [...] caso os ocupantes se mantenham reticentes, haverá mobilização da Polícia Federal [...] o INCRA intervirá promovendo o assentamento dos colonos invasores em projetos de colonização em Rondônia*”.

A resposta mais sentida ao impasse – de acordo com o jornal *A Tribuna Popular* (15/09/1985) – veio dos que estavam sendo invadidos, os índios: “*se revoltaram e no dia 22 de junho detiveram três pessoas como reféns e exigiram afim de que aquelas vidas fossem poupadas, a desocupação da área*” [grifo nosso]. É neste contexto que se

torna significativa a fala do então delegado da FUNAI de Rondônia, Apoena Meireles, em entrevista ao jornal *O Estado de Rondônia* (11/08/1984): “*Não dá mais para segurar os índios Gavião e Arara, estão se preparando para enfrentar os colonos*”, Apoena fez esta afirmação após verificar *in loco* a situação na reserva Lourdes, em Ji-Paraná. Na mesma reportagem o agente da FUNAI ainda lamentou a falta de sensibilidade do juiz federal que estaria demorando em dar um parecer em favor dos índios e que a FUNAI não poderia fazer mais nada.

A partir da reação indígena, os episódios foram ganhando conotações épicas na *mídia* local e nacional. O Jornal de Brasília (30/08/1984 Apud. Revista Aconteceu, 1984) dizia que “os índios Gavião e Arara mantinham sete pessoas reféns, arrombaram depósitos do posto da FUNAI, danificaram os aparelhos. O clima era tenso [...] O chefe Catarino, dos Gavião, determinou aos dois posseiros soltos, que avisassem as demais famílias para deixarem a área, do contrário, eles seriam obrigados a atacá-los”.

É sintomático perceber que o elemento indígena surgia naquelas reportagens a partir de sua reação, a aspectos preconceituosos étnico-raciais no não-dito entre eles a velha e sempre útil reafirmação do índio selvagem e perigosos que ataca “brancos”. Imagem recorrente na *mídia* que invertia a ordem dos fatores, a vítima passava a ser não o elemento indígena, mas o invasor. O fato jornalístico não é apresentado no contexto original em que se dão os fatos, destrói a realidade original – quem “atacava” quem? – e a substitui por outras, criando assim uma realidade artificialmente construída. Perseu Abramo (2003, p.28 Apud. SILVA, 2006) chama isso de *padrão de inversão*.

Com a resposta indígena a invasão seguiram-se inúmeras matérias jornalísticas que acompanharam em uma ou outra matéria de capa, cada uma a seu modo, o desenrolar daquele imbróglio, sempre buscando o sensacionalismo dos acontecimentos. O Jornal *O Liberal* (04/09/1984) dizia que “*os índios Arara e Gavião já haviam queimado [...] mais de oito barracões de colonos que invadiram suas terras, [...] fizeram 16 reféns, dez dos quais ainda estão presos*”. Por sua vez o Jornal do Brasil (18/09/1984, Apud. Revista Aconteceu, 1984) noticiava que “*após quase um mês mantidos como reféns, 10 invasores do posto indígena do Igarapé Lourdes foram postos em liberdade, no final da semana, pelas tribos Arara e Gavião*”. Na mesma reportagem aparece – de forma rara – o nome de uma liderança indígena, o do chefe Catarino Gavião, que advertia aos demais para que saíssem das terras e já se configurava como um dos líderes da luta pela imprensa.

Meses antes destes episódios o jornal *O Estado de Rondônia* (27/03/1984) noticiava a vinda para Porto Velho do cacique xavante do Mato Grosso, Mario Juruna, deputado federal (1983-1987) eleito pelo Rio de Janeiro, numa tentativa de negociar uma solução para o conflito intercedendo sem muito sucesso junto ao governador Jorge Teixeira, para retirar 500 invasores, Teixeira teria lhe convidado a ir de helicóptero ao local, segundo o jornal, Juruna não o fez alegando sua participação na campanha pelas diretas.

Foram meses difíceis para todos envolvidos naquele conflito, a morosidade do poder público em tomar uma decisão definitiva se arrastava por meses. O processo real de desocupação só se daria a partir de março de 1985 e, segundo os jornais, com muitos excessos onde policiais não permitiam que os posseiros efetuassem as colheitas, ou recolhessem seus pertences. Estaria havendo um “sistema de amedrontamento pela força policial”, além do “sistema arbitrário de comunicar só verbalmente a execução do despejo sem ordem judicial por escrito.” (O Guaporé, 12/03/1985).

Aquela máxima discursiva da Ditadura Militar para a Amazônia: “homens sem terras, para terras sem homens” estava virando um pesadelo para aquelas famílias que no afã de garantir sua permanência tentaram em vão chamar a atenção da comunidade de Ji-Paraná com protestos pelas ruas da cidade. Liderados – segundo matéria – pelo posseiro José Alves, com 200 colonos, representando as 700 famílias que habitavam a área, saíram em passeata pelas principais ruas de Ji-Paraná, reclamando o direito de permanecerem nas terras onde há anos diziam estar. Em vão buscaram apoio na prefeitura e na sede do INCRA, prometendo defender com a vida (O Parceleiro, 13/10/1984) a invasão, coisa que nunca se concretizou.

Na periferia dos textos percebemos que não se tratava apenas de uma luta armada entre índios e colonos, mas que os índios buscavam soluções diplomáticas ao tempo em que pressionavam com reféns presos. Como em abril de 1985, quando estiveram em Brasília representantes Gavião negociando diretamente com o ministro da justiça que se comprometeu – segundo aquela reportagem – de ser intermediário para evitar violência (O Guaporé, 26/04/1985).

Neste ponto podemos constatar um efeito que merece estudo futuro mais aprofundado que é uma percepção na luta indígena sobre o poder da *mídia* como forma de pressão sobre o estado, invertendo a hegemonia sobre os meios de comunicação, pois ao negociarem diretamente com o ministro e conseguirem que isso fosse vinculado nos

jornais ganharam visibilidade para além do “selvagem reativo”, começava ali uma apropriação indígena de negociação via campo burocrático estatal¹⁰.

A partir de março de 1985 mesmo vagarosamente, já estavam sendo retirados os invasores o que não garantia o fim das problemáticas sociais que ainda gerariam muitos traumas naqueles migrantes. A transferência se daria via INCRA, quando 107 famílias restantes foram para o projeto de assentamento de *Machadinho*, então pertencente ao município de Ariquemes e 40 já tinham sido retiradas, “Segundo a CPT¹¹, as 40 famílias, que foram retiradas das áreas indígenas do Igarapé de Lourdes, foram para a vila da Nova Colina em Ji-Paraná, a poucos quilômetros do Igarapé Lourdes, em estado de semiabandono (O Guaporé, 28/04/1985, p.3).

5. CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa possibilitou perceber que os instrumentos midiáticos de jornais escritos, possibilitaram representações sobre o processo histórico, utilizados para potencializar imagens sobre a região que ao mesmo tempo em que desumanizava índios, traziam centena de milhares de famílias para o local.

Para aquela cultura midiática não interessava a divulgação das problemáticas geradas por aquele *boom* migratório, a não ser que se configurassem em conflito exótico entre mundos diferentes, com pessoas de concepções de tempos diferentes, sendo sobrepostas umas sobre as outras pelo chamado para a “terra da bonança”, o “novo eldorado” do “progresso” que reproduziu tensões de outras regiões potencializadas pelos conflitos em terras indígenas, numa colonização dirigida que não leva em conta os que estavam.

Talvez aquele discurso midiático avesso ao entendimento das dinâmicas conflitivas nas “origens” recentes de Rondônia, sempre atrelado e cooptado aos poderes estabelecidos, geralmente mais interessado nos “consensos” que nas contradições, tenha se estabelecido na configuração de um sentimento enganoso e politicamente explorado em tempos de eleição, a máxima de que todos sejam “pioneiros” e que o estado se fez de “mãos calejadas” e do “divino trabalho da terra” da terra, nem que para

¹⁰ É simbólico perceber hoje que muitos índios – principalmente gavião – são funcionários públicos da FUNAI, SEDUC/RO e FUNASA.

¹¹ Comissão Pastoral da Terra.

isso seja preciso silenciar na memória coletiva os índios Arara e Gavião, tão pouco lembrados naquelas construções.

REFERÊNCIAS

COWELL, Adrian. **Nas cinzas da floresta**. São Paulo: Verbo Filmes, 1990. Video-cassete (52'), color.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

HALBAWSCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOGGART, Richard, **As utilizações da cultura**, Lisboa: Presença, 1973.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno, Bauru: EDUSC, 2001.

ISIDORO, Edineia Aparecida. **Situação sociolinguística do povo Arara: uma história de luta e resistência**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2006. (Dissertação Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**, São Paulo: Contexto, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**, São Paulo: Boitempo, 2004.

SILVA, Carla Luciana. **Estudando a imprensa para produzir história**. In. II SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA “CRISES DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS: DILEMAS E CONTRADIÇÕES”, 19, 20 e 21 de setembro, 2006, Londrina, Anais...Paraná: UEL, 2006. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlalucianasilva.pdf> acessado em 10/10/2012.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; e FONSECA, Dante Ribeiro; **História Regional: Rondônia**, 4 ed., Porto Velho: Editora Rondoniana, 2003.

Periódicos:

Alto Madeira

A Tribuna

A Tribuna Popular

O Estado de Rondônia

O Guaporé

O Liberal

O Parceleiro

Revista Aconteceu Especial, nº 14: Povos indígenas no Brasil/83:CEDI, 1984.

Recebido em 8/9/2012. Aceito em 9/12/12.